



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM**

Apresentação: 14/12/2023 17:01:36.647 - MESA

RIC n.3110/2023

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2023**

(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer informações ao Ministro de Estado da Defesa, Sr. José Múcio Monteiro Filho, acerca da preparação do Brasil em relação ao cenário geopolítico sul-americano, considerando a possibilidade de escalada de tensões relacionadas à reivindicação territorial da Guiana por parte da Venezuela.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Defesa, Sr. José Múcio Monteiro Filho, acerca da preparação do Brasil em relação ao cenário geopolítico Sul-americano, considerando a possibilidade de escalada de tensões relacionadas à reivindicação territorial da Guiana por parte da Venezuela.. Neste contexto, solicito:

- a)** Diante das informações apresentadas, Qual é a avaliação do Ministério da Defesa do governo federal sobre a recente proposta do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, de criar um Estado na região de Essequibo, disputada entre Venezuela e Guiana, considerando as implicações para a segurança na fronteira norte do Brasil?
- b)** Como o Ministério da Defesa interpreta a ordem de Nicolás Maduro à PDVSA para estabelecer a divisão PDVSA-Essequibo e conceder licenças operacionais para explorar recursos na região



Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 760 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF

Contato: (61) 3215-5760 e-mail: dep.amommandel@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238493063100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



\* C D 2 3 8 4 9 3 0 6 3 1 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM**

Apresentação: 14/12/2023 17:01:36.647 - MESA

RIC n.3110/2023

disputada, e quais são as possíveis ramificações dessa ação para a estabilidade regional?

- c) Diante das dificuldades logísticas apontadas por especialistas militares para uma incursão venezuelana na região de Essequibo, como o Brasil está se preparando para possíveis cenários de escalada de tensões, considerando a presença militar reforçada na fronteira norte?
- d) Considerando os desafios econômicos e sociais decorrentes da instabilidade na região de Essequibo, como o Ministério da Defesa percebe o impacto potencial de um conflito na área sobre o fluxo de refugiados venezuelanos para o Brasil e o fornecimento de energia a Roraima?
- e) Como o Brasil pretende utilizar sua posição tradicional de mediador na América do Sul para buscar uma solução pacífica e diplomática para a disputa territorial em Essequibo, considerando os impactos potenciais na estabilidade regional e nas relações bilaterais com Venezuela e Guiana?

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Primeiramente, é necessário esclarecer que este requerimento de informações enviado ao Ministério da Defesa do Governo Federal, se dá em decorrência da competência ministerial que tem como principal responsabilidade formular e executar políticas relacionadas à defesa nacional. Sua missão é garantir a soberania do país e



Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 760 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF

Contato: (61) 3215-5760 e-mail: dep.amommandel@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238493063100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



\* C D 2 3 8 4 9 3 0 6 3 1 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM**

Apresentação: 14/12/2023 17:01:36.647 - MESA

RIC n.3110/2023

proteger o território brasileiro contra ameaças externas, assegurando a integridade territorial.

Dessa forma, a responsabilidade do Ministério da Defesa em situações como essa se justifica pela necessidade de garantir a segurança nacional, preservar a soberania do país e proteger a população brasileira, enfrentando as ameaças que podem surgir tanto internamente quanto externamente, e que muitas vezes transcendem as fronteiras nacionais.

Dito isto, justifica-se o direcionamento deste requerimento.

No cenário geopolítico sul-americano, a recente decisão dos venezuelanos em apoiar a reivindicação da região de Essequibo em um referendo desencadeou uma série de eventos que elevaram as tensões na região. Nicolás Maduro, presidente venezuelano, propôs uma lei para criar um Estado no território disputado entre a Venezuela e a Guiana, intensificando ainda mais a controvérsia.

Na reunião com seu governo, Maduro instruiu a Assembleia Nacional a debater e aprovar imediatamente a lei para a criação da Guiana Essequiba como um Estado venezuelano. Além disso, a empresa estatal de petróleo PDVSA recebeu a ordem de estabelecer a divisão PDVSA-Essequibo e conceder licenças operacionais para explorar petróleo, gás e minerais na região, controlada pela Guiana, mas reivindicada por Caracas.

No entanto, diante desses desenvolvimentos, a comunidade internacional observa atentamente, especialmente o Brasil, que aumentou sua presença militar na fronteira norte em resposta às crescentes tensões. A região de Essequibo, rica em recursos naturais e florestais, faz fronteira com o Estado brasileiro de Roraima.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM**

Apresentação: 14/12/2023 17:01:36.647 - MESA

**RIC n.3110/2023**

Analisando a situação, especialistas militares destacam as dificuldades logísticas de uma incursão venezuelana na região de Essequibo. A fronteira é majoritariamente coberta por densas florestas, limitando o deslocamento de tropas e veículos blindados. Uma possível rota seria através do território brasileiro, utilizando rodovias como a Ruta 10 e a BR-174. No entanto, analistas consideram essa opção pouco provável, enfatizando que o Brasil não permitirá o uso militar de seu território.

O Brasil, além de desempenhar seu papel tradicional como mediador na América do Sul, enfrenta desafios econômicos e sociais decorrentes da instabilidade na região de Essequibo. A possibilidade de um conflito impactar negativamente o fluxo de refugiados da Venezuela para o Brasil e afetar o fornecimento de energia a Roraima torna a situação ainda mais delicada.

Nesta esteira, faz-se necessária a solicitação de informações, compreendendo que o acesso aos dados da administração pública é um direito que consta no artigo 5º da Constituição Federal e em diversos normativos do país, em especial na Lei de Responsabilidade Fiscal, e na Lei de Acesso à Informação, legislações que garantem o acesso aos documentos de caráter administrativo oficial, tanto em nível Federal, Estadual e Municipal, desde que não seja de ordem pessoal e não possuam natureza sigilosa.

Há também a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) que garante que quem solicitar a informação irá recebê-la, seja pessoa física ou jurídica, sem sequer precisar esclarecer um motivo para o mesmo. Promulgada em 2011, esta legislação estabelece que todas as esferas de governo, incluindo o Governo Federal, devem fornecer informações públicas de forma clara, acessível e transparente. Ela assegura o direito de qualquer cidadão obter informações sobre ações governamentais,





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM**

Apresentação: 14/12/2023 17:01:36.647 - MESA

RIC n.3110/2023

desde políticas públicas até dados orçamentários. Além disso, o governo é obrigado a responder a pedidos de informação dentro de prazos definidos, salvo em casos de sigilo legalmente justificável.

Dessa forma, buscando cumprir o meu papel representativo dos interesses da sociedade, entendo que é crucial assegurar a transparência, esclarecer dúvidas e estimular a fiscalização, a presente solicitação de informações tem o intuito de auxiliar na busca por soluções, respeitando o interesse público e visa garantir um sistema mais justo, acessível e eficiente para todos os brasileiros.

E sabendo da extrema importância dessa matéria e entendendo a necessidade que o cidadão possui em ter acesso a informações relacionadas ao tema, para poderem avaliar se as políticas estão sendo efetivadas e se as prioridades do governo estão alinhadas com as suas necessidades, solicito as informações aqui requeridas e apoio para aprovação do presente requerimento de informações.

Sala de sessões, em de 2023.

**Deputado AMOM MANDEL  
Cidadania/AM**



Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 760 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF

Contato: (61) 3215-5760 e-mail: dep.amommandel@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD238493063100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



\* C D 2 3 8 4 9 3 0 6 3 1 0 0 \*